

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 33/2024
Área requisitante: Setor Operacional
Modalidade: REGISTRO DE PREÇOS

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Através da análise do Documento de Formalização de Demanda e consulta à área requisitante, foi identificada a seguinte necessidade:

Eventual e futura aquisição de paralelepípedos pelo SAAE FORMIGA, para manutenção de ruas e avenidas, após reparos nas instalações de água e/ou esgoto neste município.

1.2. Cabe ressaltar que os itens listados nesse ETP são considerados “comuns”, pois se enquadram na classificação nos termos do item XIII, do art. 6º, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, “bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;”.

1.3. A eventual e futura aquisição de paralelepípedos pelo SAAE FORMIGA, para manutenção de ruas e avenidas, após reparos nas instalações de água e/ou esgoto, neste município, pode ser justificada por uma série de fatores específicos, relacionados à natureza dessas intervenções e à necessidade de restaurar as condições adequadas das vias públicas. Aqui estão alguns desses fatores:

1.3.1. Impacto das Intervenções: As obras de conserto ou reparo nas instalações de água e esgoto podem causar danos ao pavimento das ruas e avenidas, especialmente se forem necessárias escavações para acessar as tubulações subterrâneas. A reposição dos paralelepípedos é necessária para restaurar a superfície da via e garantir a segurança e a funcionalidade do local.

1.3.2. Responsabilidade do Prestador de Serviços: Como o SAAE Formiga é responsável pela prestação de serviços de água e esgoto no município, é esperado que a entidade também assuma a responsabilidade pela restauração das vias públicas afetadas por suas intervenções. Isso inclui a reposição de paralelepípedos danificados ou removidos durante o processo de reparo.

1.3.3. Prevenção de Riscos e Danos: Deixar áreas danificadas ou incompletas nas ruas e avenidas após as obras de conserto ou reparo pode representar riscos para a segurança dos pedestres, motoristas e moradores locais. A reposição imediata dos paralelepípedos ajuda a prevenir acidentes e danos a veículos e propriedades adjacentes.

1.3.4. Manutenção da Infraestrutura Urbana: As vias públicas são parte integrante da infraestrutura urbana e devem ser mantidas em boas condições para garantir a mobilidade e o acesso adequados aos serviços públicos. A reposição de paralelepípedos após intervenções do SAAE contribui para a preservação e o funcionamento adequado dessa infraestrutura.

1.3.5. Atendimento às Demandas da Comunidade: A comunidade local espera que as autoridades municipais, incluindo o SAAE Formiga, tomem medidas para garantir a manutenção e a segurança das vias públicas. A reposição dos paralelepípedos danificados ou removidos durante os reparos nas instalações de água e esgoto é uma resposta direta a essas expectativas e demandas da população.

Em resumo, a aquisição de paralelepípedos pelo SAAE Formiga após consertos ou reparos nas instalações de água e esgoto é justificada pela necessidade de restaurar as condições adequadas das vias públicas afetadas pelas intervenções da entidade, garantindo a segurança, a funcionalidade e o atendimento às demandas da comunidade local.

1.4. A eventual e futura aquisição de paralelepípedos pelo SAAE FORMIGA, para manutenção de ruas e avenidas, após reparos nas instalações de água e/ou esgoto, neste município, é crucial para o interesse público pelas seguintes razões:

1.4.1. Segurança Pública: A reposição dos paralelepípedos danificados ou removidos após os reparos nas instalações de água e esgoto contribui para garantir a segurança pública, reduzindo os riscos de acidentes e lesões para pedestres, motoristas e moradores locais.

1.4.2. Mobilidade Urbana: Ruas e avenidas bem conservadas facilitam o fluxo de veículos e pedestres, promovendo uma melhor mobilidade urbana. A manutenção adequada das vias públicas após os reparos nas instalações de água e esgoto é essencial para garantir que o tráfego flua de forma eficiente e segura.

1.4.3. Qualidade de Vida: Uma infraestrutura viária em bom estado de conservação contribui significativamente para a qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando um ambiente urbano mais agradável e funcional. A reposição dos paralelepípedos danificados ajuda a preservar e melhorar esse aspecto da vida urbana.

1.4.4. Preservação do Meio Ambiente: Manter as ruas e avenidas em boas condições reduz a necessidade de intervenções frequentes e impactantes no meio ambiente, como grandes obras de reconstrução. A reposição dos paralelepípedos como parte da manutenção regular das vias contribui para a preservação ambiental.

1.4.5. Satisfação dos Cidadãos: Os moradores e usuários das vias públicas esperam que as autoridades municipais, incluindo o SAAE Formiga, atuem de forma proativa na manutenção e melhoria da infraestrutura urbana. A reposição dos paralelepípedos após os reparos nas instalações de água e esgoto demonstra o compromisso das autoridades em atender às necessidades e expectativas da comunidade.

1.4.6. Valorização Imobiliária: Ruas bem conservadas e em boas condições esteticamente agradáveis tendem a valorizar as propriedades adjacentes, beneficiando os proprietários e contribuindo para o desenvolvimento econômico local. Portanto, a aquisição e reposição dos paralelepípedos pelo SAAE Formiga após reparos nas instalações de água e esgoto são cruciais para promover o interesse público, garantindo segurança, mobilidade, qualidade de vida e satisfação da comunidade.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A Autarquia não possui o Plano de Contratações Anual (PCA). Há a seguinte dotação orçamentária: **26.782.0006 33 90 30 F/80.**

3 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Eventual e futura aquisição de paralelepípedos pelo SAAE FORMIGA, para manutenção de ruas e avenidas, após reparos nas instalações de água e/ou esgoto neste município.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Das obrigações da contratante:

- a) Emitir Autorização de Fornecimento;
- b) Atestar a entrega do(s) serviço(s)/produto(s) contratado(s) no documento fiscal correspondente, após rigorosa conferência e comprovada a entrega total, fiel e correta do(s) produto(s)/serviço(s);
- c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas;
- d) Fiscalizar a execução do(s) serviço(s) e/ou a entrega do(s) produto(s), o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- e) Rejeitar todo e qualquer serviço/produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Estudo Técnico Preliminar;
- f) Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na aquisição do(s) serviço(s)/produto(s), inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

4.2. Das obrigações da contratada:

- a) Entregar os serviços/produtos em conformidade com a descrição técnica de igual ou superior qualidade;
- b) A execução/faturamento deverá ser efetuada mediante Autorização de Fornecimento da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, e-mail, ofício, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável;
- c) Cumprir todas as obrigações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - Dirimir quaisquer dúvidas e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a sua vigência;
 - Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do objeto/material;
 - Observar, atender, respeitar, cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Edital, e suas cláusulas, preservando o CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
- d) Informar para a tesouraria do SAAE os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: saaetesouraria@hotmail.com
- e) Responsabilizar-se pela qualidade do serviço/produto, substituindo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e às próprias expensas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício, irregularidades ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes no Edital, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.
- f) Não será admitida subcontratação do objeto contratual.
- g) Não haverá exigência de garantia da contratação dos Artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, pelo curto prazo da contratação e pelas suas características.

5. Das infrações administrativas e sanções

a) Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;
- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- * Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- * Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- * Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- * Deixar de apresentar amostra;
- * Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- * Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

c) Fraudar a licitação;

d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

e) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 2013;

g) Com fulcro na Lei 14.133 de 2021, a Autarquia poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

h) Na aplicação das sanções, serão considerados:

- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para a Autarquia;
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- i) A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo estipulado pela Autarquia, a contar da comunicação oficial, podendo ser aplicada em qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei 14.133/2021, podendo ser cumulativamente ou não com as demais sanções.
- j) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- k) Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- l) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas na alínea a) do Item 5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- m) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas a), b), c), d) e e) f) do Item 5, bem como pelas infrações administrativas previstas na alínea a) do Item 5, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no Art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021.
- n) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Autarquia, descrita na alínea a) do Item 5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- o) A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- p) Caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- q) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do seu recebimento.
- r) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- s) A aplicação das sanções previstas neste Estudo Técnico Preliminar não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da reparação integral dos danos causados.

6. Sustentabilidade na contratação

a) Quanto aos aspectos de sustentabilidade na gestão do contrato e considerando o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, verificou-se que este objeto não possui parâmetros de sustentabilidade para serem aplicados no processo licitatório em questão em específico, além dos exigidos pelos Órgãos de Controle. Assim, ao se exigir que a contratada se responsabilize em estar em acordo com as exigências da agência reguladora, já satisfaz as condições de sustentabilidade aplicadas a essa questão, conforme a seguir:

- Respeitar e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. A descrição, bem como o respectivo quantitativo a ser contratado está descrito a seguir:

Item	Código	Descrição	UN	Qtde
1	10906751	Paralelepípedo de pedra granito – em cortes manuais, aproximadamente 12 cm x 12 cm x 23 cm.	UN	15.000

6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Segundo a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, Art. 23, Parágrafo 1º, “No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1(um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.

IV – pesquisa direta feita com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal, de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

7 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Item	Código	Descrição	UN	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	10906751	Paralelepípedo de pedra granito – em cortes manuais, aproximadamente 12 cm x 12 cm x 23 cm.	UN	15.000	R\$2,84	R\$42.600,00

8 – ANÁLISE DE RISCO

8.1. Os possíveis riscos estão descritos no Anexo “Mapa de Riscos”.

9 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A aquisição de paralelepípedos para manutenção de ruas e avenidas após consertos nas redes de água e esgoto do SAAE geralmente visa restaurar as condições de trafegabilidade e segurança das vias afetadas pelas obras. Aqui estão algumas expectativas em relação a essa aquisição:

9.1.1. Quantidade Suficiente: Espera-se que a quantidade de paralelepípedos adquiridos seja adequada para cobrir a extensão das áreas danificadas pelas obras de manutenção. Isso inclui não apenas os trechos diretamente afetados pelos consertos, mas também as áreas circundantes que podem ter sido danificadas ou prejudicadas durante o processo.

9.1.2. Qualidade e Durabilidade: Os paralelepípedos adquiridos devem ser de boa qualidade e durabilidade para resistir ao tráfego regular de veículos e às condições climáticas. Isso garante que as ruas e avenidas mantenham-se em boas condições por um período prolongado após a conclusão das obras de manutenção.

9.1.3. Compatibilidade Estética: É desejável que os novos paralelepípedos sejam visualmente compatíveis com os existentes nas vias onde serão instalados. Isso ajuda a manter a estética e o caráter histórico, se aplicável, das áreas urbanas afetadas.

9.1.4. Procedimentos de Instalação Eficientes: Espera-se que os paralelepípedos sejam instalados de maneira eficiente e profissional, minimizando o tempo de interrupção do tráfego e causando o mínimo de inconveniência para os moradores locais e os usuários das vias.

9.1.5. Coordenação com as Autoridades Locais: A aquisição e instalação dos paralelepípedos devem ser coordenadas com as autoridades locais responsáveis pela infraestrutura viária, garantindo conformidade com regulamentos e padrões municipais.

Em resumo, espera-se que a aquisição de paralelepípedos para manutenção de ruas e avenidas após consertos nas redes de água e esgoto do SAAE seja feita de forma planejada, eficiente e compatível com as necessidades e exigências locais.

10 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO

Em regra, conforme inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022, as prestações de serviços deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

11 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Espera-se com essa contratação, atender e satisfazer as demandas desta Autarquia, contribuindo com a eficácia e economicidade na referida contratação.

12 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

12.1. Não se vislumbram necessidades de adequações aos ambientes para a aquisição dos produtos referidos neste Estudo Técnico Preliminar.

13 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

13.1 Não haverá a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes.

14 – IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A Autarquia não possui o PLS – Plano de Logística Sustentável. Quanto aos aspectos de sustentabilidade na gestão do contrato e considerando o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, verificou-se que este objeto não possui parâmetros de sustentabilidade para serem aplicados no processo licitatório em questão em específico, além dos exigidos pelos Órgãos de Controle, conforme sub-item 6 do Item 4 – Requisitos da Contratação.

A contratação é viável desde que todos os parâmetros apontados neste documento sejam atendidos.

15 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Declaro ser favorável ao prosseguimento da contratação, considerando sua relevância e oportunidade, em relação aos objetivos estratégicos e as necessidades da área requisitante.

Formiga(MG), 08 de Maio de 2024.

Weverton Kleiton Silva
Supervisor de Turma de Calçamento